

Orlando Alves dos Santos Junior
Patrícia Ramos Novaes

Rio de Janeiro

Impactos territoriais e o ajuste espacial na cidade olímpica

Resumo

Argumenta-se, neste artigo, que estão em curso diversas mudanças na cidade do Rio de Janeiro, que caminham em direção ao que pode ser caracterizada como uma urbanização neoliberal. Em particular, deve-se considerar o contexto da preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber dois megaeventos esportivos, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Neste contexto, discute-se a hipótese da ocorrência de processos de gentrificação em algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro, especialmente na área do porto, no bairro da Barra da Tijuca e na Zona Sul.

Palavras-chave: Urbanização neoliberal; Megaeventos esportivos; Conflitos urbanos; Gentrificação.

Abstract

This article argues that the various changes the city of Rio de Janeiro encompass in the recent period, walking toward what can be characterized as a neoliberal urbanization, are involving a process of creative destruction of urban structures, institutional arrangements and management regulations of urban space. In particular, it considers the process of preparation of the city to receive two sports mega events, the World Cup 2014 and the Olympic Games in 2016. In this context, we discuss the hypothesis of the occurrence of gentrification processes in some city areas of Rio de Janeiro, especially in the Port area, in the neighborhood of Barra da Tijuca and in the South zone.

Keywords: Neoliberal urbanization; Sport mega-events; Urban conflicts; Gentrification.

Orlando Alves dos Santos Junior

é sociólogo, doutor em planejamento urbano e regional, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, pesquisador da rede Observatório das Metrôpoles.

orlando.santosjr@gmail.com

Patrícia Ramos Novaes

é assistente social, doutoranda em planejamento urbano e regional (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), pesquisadora da rede Observatório das Metrôpoles.

patricia.r.novaes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Argumenta-se, neste artigo, que estão em curso diversas mudanças na cidade do Rio de Janeiro, que caminham na direção do que pode ser caracterizado como uma urbanização neoliberal, envolvendo um processo de destruição criativa de estruturas urbanas, de arranjos institucionais de gestão, e de regulações do espaço urbano.

Em especial, há que se considerar o contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber dois megaeventos esportivos, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Parece haver fortes indícios de que estes dois megaeventos estão associados a profundas mudanças na reestruturação urbana da cidade e no seu padrão de governança urbana, sustentada por uma coalizão de interesses econômicos, políticos e sociais que conduz esse projeto. Tomando como base a concepção de neoliberalização como processo, o objetivo deste artigo é discutir os impactos espaciais, ou o ajuste espacial nos termos propostos por Harvey (2005), decorrentes da crescente adoção do empreendedorismo urbano e da urbanização neoliberal na cidade do Rio de Janeiro. Este ajuste espacial seria expresso pela reconfiguração urbana de certos espaços, notadamente a Barra da Tijuca, a Área Portuária e a Zona Sul, apontando na direção do aprofundamento das desigualdades socioespaciais da cidade do Rio de Janeiro e para possíveis processos de gentrificação. As mudanças em curso parecem estar em grande medida legitimadas discursivamente pela realização desses megaeventos e do suposto legado social que os mesmos seriam capazes de proporcionar à cidade, o que permite interpretar essas mudanças como um projeto de modernização neoliberal.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo está estruturado em três partes. Na primeira, busca-se refletir sobre a emergência da governança empreendedorista e da urbanização neoliberal no contexto específico da cidade do Rio de Janeiro. Dando sequência, na segunda parte, busca-se refletir sobre o papel exercido pelo poder público na promoção das transformações verificadas, que não se restringe a viabilizar os projetos de renovação urbana a serem promovidos pelo capital privado. De fato, a Prefeitura do Rio de Janeiro aparece como a principal promotora dos projetos de renovação urbana que estão sendo implementados, atuando de diversas formas, envolvendo a articulação ou elaboração dos projetos, o financiamento direto de diversas intervenções, a concessão de incentivos fiscais e isenções de impostos para a atração dos empreendimentos privados, a

instituição de parcerias público-privadas e a adoção de novos arranjos institucionais de gestão do espaço urbano e de mudanças na legislação anteriormente vigente, em especial aquela relacionada aos parâmetros construtivos.

Na terceira parte, busca-se refletir sobre a relação entre as transformações nas configurações urbanas vinculadas à Barra da Tijuca, a Área Portuária e a Zona Sul e os processos de valorização imobiliária, envolvendo possíveis processos de gentrificação e elitização social na cidade do Rio de Janeiro.

Não se pode deixar de registrar, pelo fato de muitas dessas transformações ainda estarem em curso, que as análises delineadas neste ensaio se constituem simultaneamente em resultados parciais de pesquisa e hipóteses a serem desenvolvidas.

O AJUSTE ESPACIAL NEOLIBERAL NO RIO DE JANEIRO

Como já demonstrado em diversas análises (Castro, et al., 2014; outras), é possível afirmar que nos últimos anos ocorreram reestruturações urbana na cidade e mudanças no seu padrão de governança urbana na direção daquilo que poderia se considerar uma nova rodada de mercantilização ou neoliberalização (Ribeiro e Santos Junior, 2013; Castro et al., 2015; Santos Junior, 2015). De acordos com as análises, este processo está diretamente associado ao contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber dois megaeventos esportivos: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Neste sentido, estes megaeventos se constituiriam em veículos por meio dos quais estaria ocorrendo esta nova rodada de mercantilização da cidade.

Com base em Polanyi (2000, p. 289), pode-se dizer que “o conflito entre o mercado e as exigências elementares de uma vida social” marca a história do capitalismo, se traduzindo em rodadas de mercantilização. Os fatores vinculados à reprodução social passaram a ser geridos com base nos preços autorregulados e em rodadas de desmercantilização, nas quais estes mesmos fatores são protegidos por meio de convenções e regulações que limitam o mercado, subordinando-o a mecanismos de proteção e garantia de direitos sociais. Assim, ao acionar a ideia de uma nova rodada de mercantilização na cidade pretende-se indicar exatamente o processo por meio do qual o acesso a certos bens e equipamentos necessários à reprodução social estaria sendo desregulado e subordinado à lógica mercantil de preços autorregulados.

Para este argumento, parte-se da concepção de

que a progressiva substituição das ideias e políticas vinculadas ao liberalismo social¹, ou políticas keynesianas, pelas ideias e políticas neoliberais expressam o modelo que hoje denominamos de neoliberalização.

De início, é preciso considerar que o liberalismo social também se manifestou de forma diferenciada nos diversos países e contextos nacionais considerados. Mas pode-se, de uma forma muito sintética, caracterizá-lo como a combinação dos princípios do liberalismo clássico (sobretudo o foco no indivíduo e a ênfase no mercado) com o Estado-Nação redistributivo que teria o papel de intervir para garantir algumas das condições econômicas fundamentais para o exercício das liberdades individuais defendidas. Entre as intervenções aceitas e justificadas estavam as políticas de habitação pública e de zoneamento urbano, as leis antitruste, as políticas de segurança alimentar e de renda mínima. Em síntese, o argumento mais importante para justificar essas intervenções estava fundado na ideia da imperfeição dos mercados autorregulados, que poderiam colocar em risco o funcionamento da sociedade sem a intervenção promovida pelos governos (Hackworth, 2007).

Já o neoliberalismo, como Harvey afirma, poderia ser entendido como

uma teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado a tais práticas (Harvey, 2008, p. 2).

Como diversos autores apontam, existe uma relação entre a ascensão do neoliberalismo nos países centrais e a emergência de um novo padrão de governança, caracterizada pelo empreendedorismo urbano (Harvey, 2005; Hackworth, 2007), entendendo por governança certo padrão de interação entre o governo, a sociedade e o mercado (Santos Junior, 2001).

Segundo Harvey (2005), a governança empreendedorista neoliberal seria caracterizada por três elementos centrais:

(i) A constituição de uma coalização de poder, que sustenta a governança empreendedorista, conformada em torno da “(...) noção de ‘parceria público-privada’, em que a iniciativa tradicional local [a iniciativa privada] se integra com os usos dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes

externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego”. (p. 172);

(ii) A promoção de atividades empreendedoras, por parte da coalização de poder e da parceria público-privada, subordinadas ao mercado, que, como todas as demais atividades capitalistas, estão “sujeitas a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado”. (p. 173);

(iii) O enfoque do empreendedorismo urbano está ligado a lugares específicos da cidade, capazes de atrair o capital privado e proporcionar rentabilidade aos investimentos, e não ao conjunto do território, o que implicaria grandes riscos de aumento das desigualdades socioterritoriais.

Nesse contexto, a ascensão do neoliberalismo, o acirramento da competição interurbana e a difusão do empreendedorismo urbano trariam diversas implicações para a dinâmica das cidades. Tomando como referência a abordagem de Harvey (2005), pode-se destacar como uma dessas implicações “[...] a ênfase na criação de um ambiente favorável para os negócios acentuou a importância da localidade como lugar de regulação concernente à oferta de infraestrutura, às relações trabalhistas, aos controles ambientais e até à política tributária em face do capital internacional” (Harvey, 2005, p. 180).

Entre os efeitos desse processo, pode-se destacar o aumento da flexibilidade espacial das empresas e do capital, decorrentes das novas posturas adotadas pelo empreendedorismo urbano. Entretanto, ao mesmo tempo, as medidas promovidas também tenderiam a gerar processos homogeneizadores entre as cidades, na medida em que as estratégias inovadoras que estariam sendo adotadas pelas mesmas, com o objetivo de se tornar atraentes como centros culturais e de consumo, tenderiam a ser replicadas e copiadas pelas demais cidades, o que poderia tornar efêmeras as vantagens competitivas eventualmente alcançadas.

Nesse contexto, na busca pela atração de capitais, poderia se constatar a proliferação de projetos especulativos, de alto risco, pelas administrações locais, o que seria expresso na multiplicação de projetos de turismo, de espetáculos culturais e de eventos esportivos.

Além disso, a governança da cidade cada vez mais se assemelharia à governança das empresas privadas, o que permitira caracterizá-la como uma governança empreendedorista corporativa empresarial, ou de governança empreendedorista neoliberal. Nessa perspectiva, a ênfase da gestão recairia sobre os lugares ou áreas da cidade capazes de atrair investidores, e não mais sobre o conjunto do território, o que poderia agravar as desigualdades intraurbanas e gerar proces-

¹ David Harvey caracteriza as políticas vigentes antes do neoliberalismo de liberalismo embutido (Harvey, 2008).

sos de decadência ou abandono das áreas negligenciadas.

Esse processo seria atravessado por muitas contradições que abririam novas possibilidades de ação política envolvendo disputas em torno dos projetos de cidade. Nessa perspectiva, uma das características dos processos de neoliberalização seria a emergência de novos conflitos urbanos em torno da produção, gestão e apropriação da cidade (Hackworth, 2007).

Apesar de esse processo ter sido reconhecido inicialmente nos países centrais, também se verifica a transformação da governança urbana das cidades brasileiras na perspectiva da governança empreendedorista neoliberal, marcada por especificidades, como todas as demais cidades. De fato, o neoliberalismo pode ser considerado, como argumenta Hackworth (2007, p. 11), um “(...) processo altamente contingente que se manifesta e é vivido de forma diferente, através do espaço. A geografia do neoliberalismo é muito mais complicada do que a ideia do neoliberalismo”.²

Nesse sentido, utiliza-se o conceito de neoliberalismo realmente existente, tal como formulado por Theodore, Peck e Brenner (2009), compreendendo que o neoliberalismo não deveria ser concebido como um sistema acabado, mas como um processo de transformação socioespacial. É por esta perspectiva que estes autores entendem os “processos contemporâneos de neoliberalização como catalizadores e expressões de um processo de destruição criativa do espaço político-econômico existente, e que se dá em múltiplas escalas geográficas.” (Theodore; Peck; Brenner, 2009, p. 3).

A compreensão destas transformações requer que se leve em consideração “as interações, dependentes das trajetórias e contextualmente específicas, que ocorrem entre os marcos regulatórios herdados, por um lado, e os projetos emergentes de reformas neoliberais orientados para o mercado, por outro. Ou seja, projetos cuja aparência e conexões substantivas os definem como significativamente neoliberais (Theodore; Peck; Brenner, 2009, p. 3)”.

Entendida como um processo socioespacial, a neoliberalização poderia ser interpretada como uma modalidade de ajuste espacial (Harvey, 2005), expressando-se na forma de uma urbanização neoliberal (Hackworth, 2007; Theodore, Peck e Brenner, 2009). Nestes termos, a urbanização neoliberal seria caracterizada por uma dinâmica que envolveria um

processo de destruição criativa de estruturas urbanas, instituições de gestão e marcos regulatórios adequados à dinâmica de acumulação de capital em um mercado desregulamentado, funcionando com base nos princípios neoliberais. Em outras palavras, a urbanização neoliberal expressaria o conjunto de políticas e práticas visando a mercantilização das cidades.

Neste contexto, entende-se que a crescente adoção do empreendedorismo urbano na cidade do Rio de Janeiro poderia atingir de forma específica a configuração urbana de certos espaços, apontando na direção do aprofundamento das desigualdades socioespaciais da cidade. As mudanças em curso estariam sendo em grande medida legitimadas discursivamente pela realização dos megaeventos em curso e do suposto legado social que os mesmos seriam capazes de proporcionar à cidade. Nessa perspectiva, a Prefeitura do Rio de Janeiro denominou Projeto Olímpico o conjunto de intervenções planejadas para a cidade, incorporando sob esta marca tanto as intervenções vinculadas à Copa do Mundo de 2014 como aquelas vinculadas às Olimpíadas de 2016.

Tomando como base essas formulações, a hipótese deste artigo seria de que a cidade do Rio de Janeiro estaria vivendo um processo de modernização neoliberal, marcado pela progressiva adoção do padrão de governança baseado no empreendedorismo urbano, envolvendo, nos termos propostos por Theodore, Peck e Brenner (2009):

a) o desmantelamento e a destruição de estruturas urbanas, arranjos institucionais e regulações vinculadas às gramáticas existentes no município do Rio de Janeiro e à história da cidade, visando à desregulamentação da economia, à promoção de uma nova rodada de mercantilização da cidade e ao fechamento dos espaços públicos de participação a elas vinculados.

b) a construção de novos espaços urbanos, instituições, modalidades de gestão pública e de regulações institucionais adequados aos princípios do neoliberalismo e à governança urbana empreendedorista neoliberal.

c) a manutenção de espaços urbanos, arranjos institucionais e regulações públicas anteriores que são fundamentais para o exercício do poder da nova coalização empreendedorista, na medida em que esta tem que compor com as antigas coalizões de poder vinculadas à trajetória política da cidade e às suas diferentes gramáticas, universalismo de procedimentos, clientelismo, patrimonialismo e corporativismo.

Apesar de se verificar transformações urbanas em outras áreas da cidade, observa-se que o ajuste espacial neoliberal em curso na cidade do Rio de Janeiro, envolveria especificamente o bairro da Barra da

2 Nas palavras do autor: “Neoliberalism (...) is a highly contingent process that manifests itself, and is experienced differently, across space. The geography of neoliberalism is much more complicated than the idea of neoliberalism.” (Hackworth, 2007, p. 11), tradução livre dos autores.

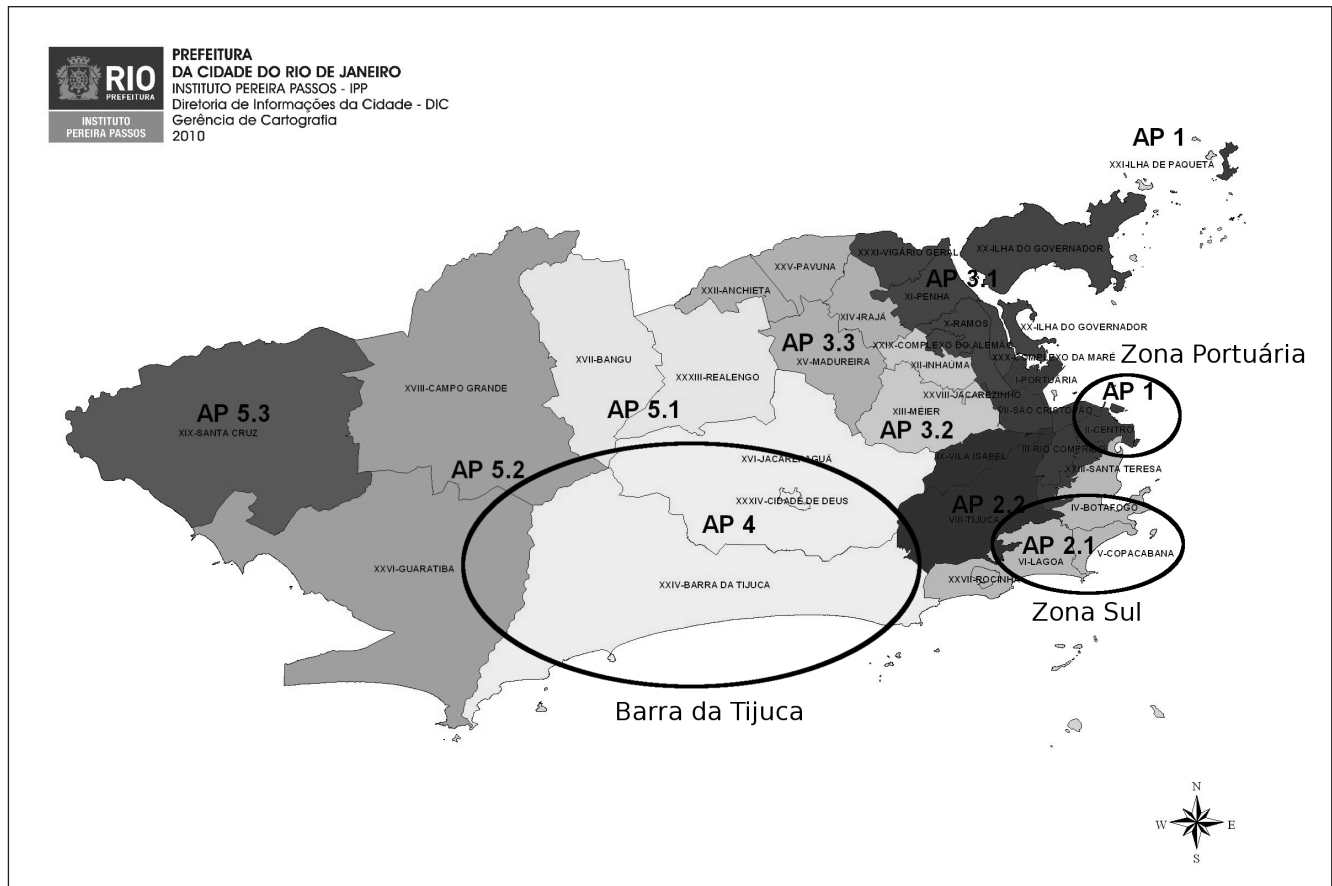


Figura 1:
Mapa do Município do Rio de Janeiro por Área de Planejamento - As áreas do Ajuste Espacial Neoliberal: Zona Portuária, Zona Sul e Barra da Tijuca, 2015.

Tijuca, a Região Portuária e a Zona Sul (Figura 1), pois estas áreas estariam sofrendo mais fortemente os impactos da urbanização neoliberal.

A mudança na espacialidade da cidade parece caminhar na direção da combinação de quatro configurações urbanas: (i) no fortalecimento da centralidade da Zona Sul, por meio da valorização das favelas da região e de seu entorno, em especial das suas áreas privilegiadas pela localização, que passariam a atrair um segmento das classes médias; (ii) na revitalização da centralidade decadente da área Central, por meio da renovação urbana da área portuária, na perspectiva de atrair novas empresas e residências voltadas para as classes média e alta; (iii) na criação de uma nova centralidade na Barra da Tijuca, por meio da intensificação da valorização e elitização desta região, que se torna progressivamente uma área não apenas de expansão imobiliária, mas um centro de negócios e serviços econômicos; e (iv) na continuidade da expansão na periferia metropolitana, tanto na perspectiva do crescimento da favelização quanto na diversificação dos núcleos residenciais voltados para as classes de média renda. O que é importante demarcar é que essas mudanças na espacialidade e o surgimento dessa complexa configuração urbana não seriam resultado de uma aleatoriedade, mas seria a expressão local do

ajuste espacial promovido pela governança empreendedorista neoliberal que, de forma diferenciada, impacta as cidades dos países centrais (Hackworth, 2007).

O PODER PÚBLICO COMO AGENTE PROMOTOR DA URBANIZAÇÃO NEOLIBERAL

Através de investimentos públicos em sistemas de mobilidade urbana, vias expressas, viadutos, túneis e redes de infraestrutura, percebe-se que estão em curso profundas transformações urbanas no bairro da Barra da Tijuca, na Área Portuária e na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. No que se refere aos investimentos em mobilidade, percebe-se que a Barra da Tijuca é beneficiada com os sistemas de transportes BRTs (*Bus Rapid Transit* - Ônibus de Trânsito Rápido) Transcarioca, Transolímpica e Transoeste; a Barra da Tijuca e a Zona Sul são beneficiadas com a extensão da linha 4 do metrô, que ligará as duas regiões; e a área portuária recebe o sistema VLT (Veículo Leve sobre Trilhos, do inglês *Light Rail Vehicle* - LRV). Excetuando o BRT Transcarioca, que foi financiado com recursos da Copa do Mundo, todos os demais

Fonte: Instituto Pereira Passos, 2010, marcações dos autores. Disponível em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2905_aps_%C3%Adndice.JPG>. Acessado em dez. 2015.



Figura 2:
Favelas
Selecionadas
da Zona Sul,
Rio de Janeiro,
2015.

investimentos são vinculados à preparação da cidade para receber as Olimpíadas de 2016.

Além do metrô, a Barra da Tijuca ainda está sendo beneficiada com outros investimentos em infraestrutura vinculados às Olimpíadas, envolvendo obras de esgotamento sanitário, duplicação de avenidas e a construção do Parque Olímpico, que está em execução em uma área de 1,18 milhão de metros quadrados, onde antes existia o Autódromo do Rio, com previsão para se transformar posteriormente em uma área renovada com parque e espaços de moradia para a população de média e alta renda.

A região portuária também é palco de uma das maiores intervenções em curso na cidade, a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, criada em 2009. Neste projeto de renovação urbana, que abrange 5 milhões de metros quadrados, são implementadas ações relacionadas à modernização da infraestrutura urbana, saneamento ambiental, redes de informática e telecomunicações, entre outros serviços.

Já na Zona Sul parece ocorrer uma situação mais complexa, pois além da extensão da linha 4 do metrô, observa-se investimentos públicos em segurança pública e na urbanização das favelas. Algumas delas, tais como Babilônia e Chapéu Mangueira, situados no bairro do Leme, são beneficiados pelo programa Morar Carioca Verde³, que prevê diversos investimentos tais como iluminação pública, redes de

água e saneamento e construções habitacionais. Mas outros investimentos também foram e estão sendo realizados nas favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (situadas entre os bairros de Copacabana e Ipanema), Vidigal (no bairro do Leblon), e Santa Marta (no bairro de Botafogo)⁴, todas situadas em áreas de grande valorização imobiliária (Figura 2). Todas estas favelas também receberam Unidades de Política Pacificadora – UPPs, passando a integrar a política de segurança do governo de estado de combate ao tráfico nas favelas.⁵Essas favelas não são as únicas a receber programas de urbanização e de segurança pública, mas há fortes indícios de que as intervenções em curso tenham impactos diferenciados nas favelas da Zona Sul em relação a outras favelas da cidade, situadas em áreas menos nobres e sem tanto interesse do mercado imobiliário.

No processo de renovação urbana em curso, percebe-se a criação de novos arranjos de gestão de serviços e equipamentos públicos e dos próprios espaços urbanos reconfigurados, sobretudo por meio da ins-

4 O complexo de favelas do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo foi beneficiado com obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, iniciado em 2008, que realizou diversas obras de urbanização e saneamento, reassentou moradores em novas moradias e implantou um elevador visando a facilitar o acesso dos moradores, com um mirante no alto da favela. O Morro Santa Marta também foi beneficiado com obras de urbanização do PAC, após a instalação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora, em dezembro de 2009.

5 A favela Santa Marta foi a primeira a receber a UPP, em 2008. As favelas Babilônia / Chapéu Mangueira e Cantagalo / Pavão-Pavãozinho receberam o programa em 2009; e a favela do Vidigal, em 2012.

3 Cf. <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/morar-carioca/>. Acesso em: nov. 2014.

tuição de Parcerias Público-Privadas - PPPs, em geral promovidas no contexto da preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Como destaca Hackworth (2007, p. 61), “(...) um dos fundamentos da governança neoliberal no âmbito local é a cooperação público-privada. Estas alianças podem variar consideravelmente na forma, mas crescentemente espera-se que os governos municipais sirvam como facilitadores do mercado, em vez de atuar nas falhas dos mercados”.⁶Vários são os exemplos desta cooperação público-privada no caso do Rio de Janeiro, envolvendo, entre outros, a renovação da Área Portuária, por meio da Operação Urbana Porto Maravilha que se realiza através da maior parceria público-privada do Brasil, e a construção do Parque Olímpico, a segunda maior do país.

As parcerias público-privadas concedem a administração de equipamentos e serviços por um determinado período de tempo, e implicam a participação do Estado por meio de alguma modalidade de transferência de recursos públicos, como isenções fiscais, obras de infraestrutura, transferência de patrimônio ou de recursos orçamentários.

Os contratos mediante PPPs revelam duas questões importantes. A primeira diz respeito à mudança no padrão de atuação das empresas privadas que passam de executoras de grandes obras a gestoras de equipamentos e serviços públicos⁷. A segunda questão é relacionada a riscos da subordinação da gestão de equipamentos e de espaços públicos à lógica do mercado, tendo em vista que as empresas gestoras desses equipamentos e espaços públicos passam a tomar decisões vinculadas à eficácia econômica e à maximização do lucro de seus investimentos. No caso do Porto Maravilha e do Parque Olímpico há que se ressaltar que a gestão privada diz respeito a grandes espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro.

Um aspecto a ser considerado na análise das transformações urbanas na perspectiva da neoliberalização

da cidade diz respeito à destruição criativa de regulações favoráveis ao mercado (Hackworth, 2007; Theodore; Peck; Brenner, 2009). Tal como observado nos Estados Unidos e nos países centrais, esse fenômeno também pode ser verificado no contexto do Rio de Janeiro e envolve a adoção de novas regulações vinculadas aos projetos de renovação urbana em curso na cidade, apontando para um padrão de intervenção do poder público crescentemente marcado pela adoção de regulações de exceção, subordinadas aos interesses do mercado nas áreas que estão sendo objeto de renovação urbana.

Em segundo lugar, no caso do Rio de Janeiro, percebe-se o papel ativo do poder público na promoção das transformações verificadas, não se restringindo a viabilizar os projetos de renovação urbana a serem promovidos pelo capital privado. Nessa perspectiva, a Prefeitura do Rio de Janeiro aparece como o principal promotor dos projetos de renovação urbana que estão sendo implementados, atuando de diversas formas, envolvendo a articulação ou elaboração dos projetos, o financiamento direto de diversas intervenções, a concessão de incentivos fiscais e isenções de impostos para a atração dos empreendimentos privados, a adoção de novos arranjos institucionais de gestão do espaço urbano e de mudanças na legislação anteriormente vigente, em especial aquela relacionada aos parâmetros construtivos. Nesse processo, não se pode deixar de registrar a participação de outras esferas do poder público, do governo federal e do governo estadual, sobretudo no que diz respeito aos investimentos diretos e ao financiamento das intervenções, como no caso das obras de mobilidade dos BRTs, do VLT e do metrô.

Além disso, em terceiro lugar, as transformações nas configurações urbanas vinculadas à Barra da Tijuca, Área Portuária e Zona Sul parecem estar associadas a processos de valorização imobiliária, gentrificação e elitização social.

URBANIZAÇÃO NEOLIBERAL E GENTRIFICAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A discussão sobre os impactos territoriais da urbanização neoliberal no Rio de Janeiro envolve a discussão em torno de possíveis processos de gentrificação em algumas áreas da cidade.

Utilizamos aqui o conceito de gentrificação com base nas formulações de Neil Smith (1987; 2006), que implica o processo de reestruturação das áreas centrais, em decadência e ocupadas pela população de baixa renda, pela ação de atores coletivos públicos

6 Tradução livre dos autores. No original, “(...) one of foundations of neoliberal governance at the local level is public-private cooperation. These alliances can vary considerably in form, but city governments are increasingly expected to serve as market facilitators, rather than salves for market failures.”

7 No caso do Rio de Janeiro, as PPPs são geridas pelas seguintes empresas: PPP do Porto Maravilha – Consórcio Porto Novo, integrada pelas Construtoras OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia; PPP do Parque Olímpico – Consórcio Rio Mais, integrado pelas construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken; PPP do VLT do Porto – Consórcio VLT Carioca, integrado pelas empresas CCR Actua, Invepar, Odebrecht Transport, RioPar, RATP e Benito Roggio Transport; PPP do BRT Transolímpica – Consórcio Rio Olímpico, formado pelas construtoras Invepar, Odebrecht Transport e CCR.

e privados (empreendedores, setor imobiliário, bancos, gestores públicos, proprietários individuais) movidos tanto pela característica locacional quanto pelo preço da terra menos valorizada em relação a outras áreas da cidade. Assim, renovações de moradias ou até novas construções para classe média, além do estabelecimento de empresas e serviços nestas áreas, passam também a atrair novos moradores, e este efeito aos poucos acaba propiciando a saída dos antigos pelo aumento do custo de vida e descaracterização do espaço.

As formulações de Smith buscam ressaltar quatro aspectos centrais que estão por trás do conceito de gentrificação. Primeiro, a dimensão de classe. Nesse caso, argumenta-se que estaria em curso, pelo menos potencialmente, uma mudança dos agentes detentores da posse da terra urbana nas localidades que estariam sendo objeto da renovação urbana, substituindo setores das classes populares por segmentos das classes média e alta.

Em segundo lugar, o diferencial de renda da terra (*rent gap*). Smith (2007) propôs uma tese explicativa da gentrificação que se funda sobre a produção do espaço urbano. Para o autor, a substituição dos detentores da posse da terra urbana nas localidades centrais das cidades seria explicada mais como o resultado da dinâmica do capital do que como decorrência de preferências e interesses pessoais. Assim, a reestruturação das áreas centrais atraiu os atores coletivos públicos e privados que produzem o espaço urbano (empreendedores, setor imobiliário, bancos, gestores públicos, proprietários individuais) tanto pela característica locacional quanto pelo preço da terra menos valorizada em relação a outras áreas da cidade. Neste sentido, a renovação de moradias ou até novas construções para classe média, além do estabelecimento de empresas e serviços nestas áreas, passa também a atrair novos moradores. Segundo este ponto de vista, o processo de gentrificação se inicia a partir de decisões e atuações de uma coalisão de atores no espaço urbano.

Em terceiro lugar, a gentrificação como estratégia de renovação urbana. Nesta perspectiva, os processos de gentrificação não seriam concebidos apenas como resultado da lógica do mercado imobiliário, mas como uma estratégia de classe, da coalizão dominante, envolvendo uma particular interação entre o poder público e os agentes privados, na qual são adotadas políticas e implementadas ações voltadas para a promoção da gentrificação. Para Smith (2006), o papel do Estado é essencial nos processos de gentrificação, na medida em que cria as condições para atuação dos empreendedores imobiliários através de programas de ajuda financeira ou políticas públicas

de renovação dos espaços urbanos.

E, por fim, a dimensão espacial. Para Hackworth e Smith (2001), esse novo momento caracterizou-se pela generalização do processo de gentrificação, pois, nesse período, mais do que reabilitação de moradia para classe média, a gentrificação envolveu a reconstrução de todo um modo de vida, a partir da transformação das áreas de lazer e consumo nos bairros. Além disso, a ideia da gentrificação como um fenômeno generalizado permite identificar que este fenômeno não só se estendeu a outras partes do mundo, mas também se estendeu para além das áreas centrais tradicionais, ou seja, para outras localidades na cidade, redefinindo-se a escala daquilo que era tido como centro urbano.

Além destas quatro características presentes nas formulações de Smith, propõe-se considerar uma quinta característica, sugerida por Pereira (2014), centrada no capital simbólico presente nas áreas que sofrem processos de gentrificação. Com base nas formulações de Ley (1978), de Bourdieu (2007) e de Hervey (1993), Pereira (2014) sugere que alguns centros urbanos tidos como degradados são capazes de atrair agentes portadores de capital simbólico, mesmo que não tenham capital econômico. Estas áreas, onde poder-se-ia observar uma defasagem entre o capital simbólico e o capital econômico, seriam espaços passíveis de sofrerem processos de gentrificação.

Nesse sentido, Pereira considera que esta abordagem permite perceber que as possibilidades de valorização associadas aos processos de gentrificação “vão além dos ciclos de realização e depreciação dos capitais incorporados ao espaço urbano e da ampliação da escala das cidades.” (Pereira, 2014, p. 321), tendo em vista que a renda potencial de um determinado espaço seria influenciada não apenas pela sua localização, mas também pelos atributos simbólicos associados ao mesmo. Ao mesmo tempo, esta abordagem permite “entender por que os centros – e não qualquer lugar da cidade – são áreas especialmente propensas a passar por um processo desse tipo” (Pereira, 2014, p. 321).

Como reconhecido pela literatura sobre o tema, as experiências de gentrificação são muito diversificadas (Janoschka; Sequera; Salinas, 2014), envolvendo contextos culturais, econômicos e políticos específicos, que se conectam de maneira muito complexa com as dinâmicas econômicas nacionais e globais. Tendo isto em vista, e levando em consideração a abordagem em torno da gentrificação aqui delineada, será discutido a seguir algumas hipóteses em torno dos impactos sociais do ajuste neoliberal na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 1: Valorização Imobiliária dos Bairros Leblon, Leme e da favela do Vidigal - 2008-2015.

Mês de referência	Leblon		Favela do Vidigal		Leme	
	Valor do m ² (R\$)	Valorização em relação a 2008 (%)	Valor do m ² (R\$)	Valorização em relação a 2008 (%)	Valor do m ² (R\$)	Valorização em relação a 2008 (%)
Set / 2008	11.252,49	xx	2.372,74	xx	7.069,09	xx
Set / 2009	12.408,30	10,27	3.161,63	33,25	7.618,79	7,78
Set / 2010	14.982,28	33,15	7.050,49	197,15	10.780,19	52,50
Set / 2011	16.310,29	44,95	6.317,33	166,25	12.464,37	76,32
Set / 2012	15.997,13	42,17	8.870,68	273,86	12.923,54	82,82
Set / 2013	15.322,74	36,17	9.318,15	292,72	13.490,36	90,84
Set / 2014	13.973,17	24,18	9.991,72	321,10	12.928,38	82,89
Set / 2015	13.386,00	18,96	8.757,00	269,07	11.657,00	64,90

Fonte: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>>, valores atualizados e tabulados pelos autores, com base na variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-r/INPC, disponível em <http://www.tjmg.jus.br/data/files/E0/53/AC/DC/10D4051088CF93050D4E08A8/Fatores_Atualiz_Monet_1015.pdf>. Acessado em 6 jun. 2016.

Observação: Os dados do m² da Favela do Vidigal e do Bairro do Leblon para setembro de 2011 são referentes ao mês de outubro de 2011, em razão da inexistência de informações para o Vidigal no mês de setembro deste ano.

Como dito anteriormente, o ajuste espacial neoliberal incide sobre três áreas específicas, a Zona Sul, a Região Portuária e o bairro da Barra da Tijuca, reconfigurando estes espaços na perspectiva de fortalecer, revitalizar ou constituir centralidades na cidade.

O diferencial do preço do solo urbano existente entre estas áreas e o seu entorno, relativamente desvalorizado em razão do abandono pelo poder público, da ocupação por classes populares e da violência, poderia torná-las atrativas tendo em vista seus potenciais de valorização. Assim, se poderia observar a desvalorização relativa de certos bairros do entorno da Barra da Tijuca (Recreio, Vargem Grande, Jacarepaguá e Curicica), em relação à Barra da Tijuca; da área portuária em relação ao centro do Rio de Janeiro; das favelas Babilônia, Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Vidigal e Santa Marta, bem como dos seus respectivos entornos, em relação aos bairros da Zona Sul nos quais se encontram. O atual preço do solo urbano e dos imóveis tornaria atrativas essas áreas para os agentes do mercado imobiliário que, promovendo a renovação urbana das mesmas, poderia se beneficiar da incorporação do potencial de valorização decorrente das suas privilegiadas localizações. No entanto, pelo menos até o momento, parece pouco provável apostar no desaparecimento das classes populares do cenário urbano destes espaços. De fato, os processos de transformação urbana destas áreas parecem mais complexos, colocando dúvidas sobre esta explicação simplista.

O caso da Zona Sul

As transformações urbanas na Zona Sul da cidade apontam para uma dupla tendência: se por um lado estas transformações promovem uma ressignificação das favelas, por outro lado, estimulam a revalorização do entorno destas áreas.

As favelas situadas nesta região tem sido objeto de programas habitacionais de interesse social, voltados para o reassentamento dos próprios moradores, como no caso das favelas da Babilônia, do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, e do Santa Marta.⁸Tais programas de habitação de interesse social, voltados para a população de baixa renda, contrariariam a teoria da gentrificação, ao se constituírem em políticas que evitam a substituição das classes populares pelas elites.

Ao mesmo tempo, percebe-se que estas favelas têm sido objeto de ativas políticas culturais e sociais promovidas pelo poder público e pelo setor privado.

8 Entre 2009 e 2015, na favela do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo foram construídas 120 unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, promovido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro; na favela da Babilônia foram construídas 117 unidades habitacionais de interesse social no âmbito do Programa Morar Carioca Verde, de responsabilidade da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. E na favela Santa Marta está prevista a construção de 64 unidades habitacionais de interesse social pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em todas elas, verificam-se a instalação de *hostels*, bares e casas noturnas, que atraem turistas e moradores da cidade, em um processo de resignificação simbólica destas áreas.⁹ Nestas favelas também encontram-se trilhas que levam a mirantes com vistas privilegiadas da cidade, sendo que um dos maiores *shopping centers* da Cidade, o Shopping Center Rio Sul, é patrocinador de uma delas, a trilha da Babilônia.¹⁰

Nesse sentido, cabe indagar se esta resignificação não teria por objetivo tornar a favela um ativo simbólico capaz de revalorizar seu entorno, situado em bairros de alta valorização imobiliária (Botafogo, Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon).

A favela do Vidigal parece ser um caso a parte, tendo em vista se constituir na única favela onde os grandes grupos imobiliários atuam, além de ser uma das poucas favelas da Zona Sul que não possuem programas de habitação de interesse social promovido pelo poder público. Com uma vista privilegiada para o mar, esta favela, ou pelo menos parte dela, pode efetivamente estar vivendo processos que se assemelham aos processos de gentrificação.

Para discutir esta hipótese, pode-se comparar a valorização imobiliária de três áreas selecionadas: o bairro do Leblon, que concentra população de alta renda e se constitui em um dos metros quadrados mais caros da cidade; a favela do Vidigal, vizinha ao bairro do Leblon, e o bairro do Leme, que tem em seu interior a favela da Babilônia (Tabela 1). É interessante notar que todas estas áreas parecem sofrer uma forte valorização imobiliária após a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Vidigal e da Babilônia (ambas em 2009). Além disso, percebe-se uma alta valorização na favela do Vidigal e também no bairro do Leme, talvez como impacto dos programas de urbanização e das políticas de resignificação da favela Babilônia. A queda na valorização imobiliária, verificada a partir de 2014, provavelmente pode ser explicada como decorrência da crise econômica vivida pelo Brasil.

As transformações em curso na configuração urbana da Zona Sul da cidade sugerem que este território está vivenciando processos combinados de: (i) resignificação simbólica das favelas situadas nesta região, gerando uma relativa elitização heterogênea destes espaços, sem que se possa caracterizar estes

processos como gentrificação, pelo menos no sentido clássico do termo; (ii) intensa valorização imobiliária das áreas situadas no entorno das favelas da Zona Sul, proporcionadas pela resignificação das favelas como um ativo simbólico positivo, tornando estes espaços, já ocupados pelas classes médias e altas, ainda mais elitizados; (iii) risco de gentrificação da favela do Vidigal, ou pelo menos de algumas de suas áreas melhor situadas e de mais interesse do mercado imobiliário.

O caso da Zona Portuária

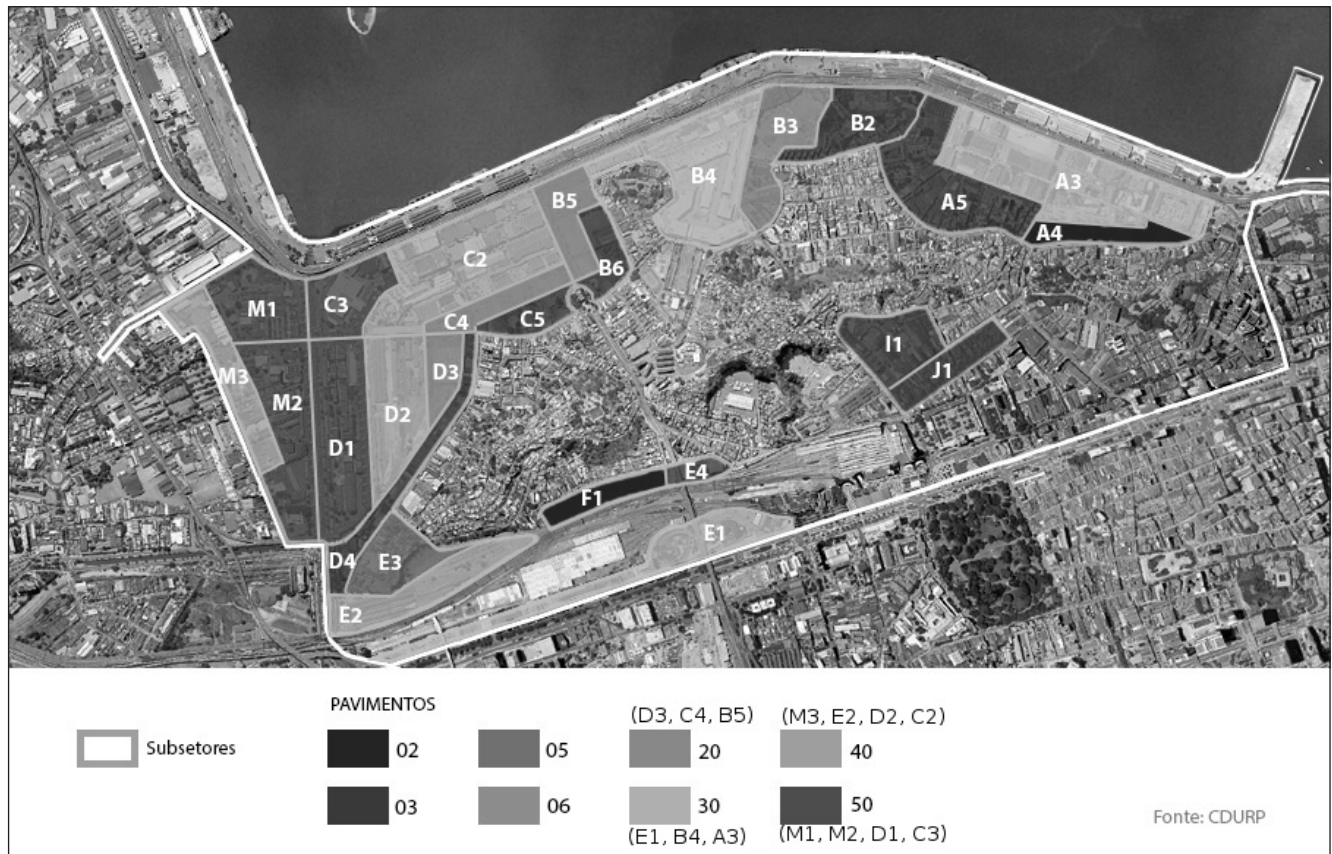
O projeto de revitalização da Zona Portuária, denominado de Porto Maravilha, é implementado por meio da Operação Urbana Consorciada da Região Portuária do Rio de Janeiro, e abrange 5 milhões de metros quadrados. Deste total, aproximadamente 3,8 milhões fazem parte da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, que inclui ainda algumas favelas, entre as quais o Morro da Providência e a Pedra Lisa, além do Morro da Conceição. A população total residente na área da Operação Urbana era 29.953 pessoas, em 2010, segundo o Censo do IBGE, cujo o perfil pode ser caracterizado como de baixa e média renda.

Desde 2010, vem se dando um processo de reocupação da área, financiado pela venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), que afeta de forma diferenciada os diferentes setores da área portuária, que têm potencial construtivo diferenciado segundo o número máximo de pavimentos que é possível construir em cada setor (Figura 3). Além disso, o projeto de renovação urbana envolve fortes investimentos no patrimônio histórico e cultural e na construção de artefatos culturais marcadamente pós-modernos, como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio de Janeiro – MAR, que também expressam a intencionalidade de resignificação simbólica da região.

Tendo em vista a existência de uma grande área de preservação cultural, de uma população de baixa e média renda, e de muitas favelas, parece pouco provável que a região portuária sofra um processo de gentrificação na sua totalidade. Assim, a hipótese mais plausível é a de que os setores de maior potencial construtivo sofram o risco de processos de gentrificação, acompanhados de relativa elitização heterogênea no restante da área. Reforçando esta hipótese, constata-se que os grandes empreendimentos imobiliários e comerciais que estão sendo lançados

9 A favela Babilônia foi tema de uma telenovela brasileira, exibida pela maior rede de televisão, a Rede Globo, exibida entre 16 de março e 28 de agosto de 2015.

10 Cf. <http://www.riosul.com.br/shopping_cidadania.php>, acessado em 13 out. 2015.



Fonte: CDURP, <http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx.>, acessado em ago 2014. Obs.: Na figura, estão destacados os subsectores e setores segundo o número máximo de pavimento que é possível construir.

Figura 3:
Número Máximo de Pavimentos por Setor - Projeto Porto Maravilha - 2009

na região se situam exatamente nas áreas de maior potencial construtivo, tais como o projeto residencial de alta renda Porto Vida e o projeto corporativo Torre Carioca Concal¹¹. É nesta mesma área que se situam os maiores vazios urbanos e onde foram promovidas diversas remoções, entre as quais se destacam as ocupações Flor do Asfalto (30 famílias), Quilombo das Guerreiras (70 famílias), Casarão Azul (70 famílias) e Zumbi dos Palmares (133 famílias), apesar de se constatar outras remoções em toda a área portuária (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015).

O caso da Barra da Tijuca

O bairro da Barra de Tijuca tem como característica ser ocupado predominantemente por complexos condominiais de edifícios altos, *shopping centers* e centros comerciais e empresariais. Porém, diversos bairros no seu entorno, tais como Jacarepaguá, Curicica, Recreio e Vargem Grande, são caracterizados por serem ocupados por uma população de renda mais baixa e pela predominância de algumas favelas. São estes bairros que vêm se transformando de forma mais acentuada. Constata-se que a existência das classes populares e

de assentamentos informais nestas áreas, de interesse dos agentes econômicos promotores da renovação urbana, se torna um obstáculo ao processo de apropriação desses espaços e de sua inserção nos circuitos de valorização do capital vinculados à produção e à gestão da cidade. Efetivamente, uma das principais formas de enfrentamento desse obstáculo pelo poder público tem sido a promoção de processos de remoção, os quais envolvem reassentamentos das famílias nas áreas periféricas, principalmente por meio de programas de habitação de interesse social subsidiados pelo governo federal – o programa Minha Casa Minha Vida –, e também de diversas modalidades de indenização com valores abaixo do mercado, o que impede a permanência destas famílias na mesma área da qual foram removidos. A partir de uma perspectiva mais ampla, é possível interpretar esse processo como uma espécie de despossessão, com a transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para outros segmentos de classe, configurando processos de gentrificação em certas áreas da Barra da Tijuca, que progressivamente se constitui em uma nova centralidade da cidade.

De acordo com dados do Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015), as obras dos novos sistemas de mobilidade urbana da Barra da Tijuca, em especial os BRTs Transcarioca, Transoeste e

11 Cf. <http://www.imovelrj.com/porto-vida/> e <http://www.imovelrj.com/torre-carioca/>. Acessados em 7 jul. 2016.

Transolímpica, foram responsáveis pela remoção de cerca de 1.500 famílias, do total das 4.130 famílias removidas em razão das obras da Olimpíada 2016. Para a construção do BRT Transoeste, destacam-se as remoções de comunidades inteiras, tais como Restinga, Vila Harmonia, Recreio II, Notredame e Vila da Amoedo, totalizando aproximadamente 400 famílias removidas. Além disso, no processo de construção do Parque Olímpico (Barra da Tijuca), a Prefeitura Municipal tentou remover a comunidade da Vila Autódromo, que fortemente mobilizada e articulada com outras redes e organizações sociais, resistiu e finalmente conseguiu assinar um acordo de permanência de 20 famílias.¹² Tal vitória, de grande importância para a comunidade e resultado de uma longa história de resistência, não apaga o fato de terem sido removidas cerca de 500 famílias que residiam nesta comunidade.

Nesse sentido, pode-se argumentar que certas áreas da Barra da Tijuca estão sofrendo processos de gentrificação promovidos pelo poder público e isto se expressa na medida em que o poder público promove, ao mesmo tempo, processos de remoções e a expansão imobiliária nesta região, especialmente voltada para as populações de mais alta renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, buscou-se interpretar as transformações em curso na cidade do Rio de Janeiro como uma modalidade de ajuste espacial neoliberal, fortemente impulsionado pela realização de dois grandes megaeventos, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Neste contexto, discutiu-se a hipótese da ocorrência de processos de gentrificação na cidade do Rio de Janeiro, fazendo-se algumas ressalvas, dadas as características específicas das configurações urbanas e as transformações consideradas, seja na área Portuária, no bairro da Barra da Tijuca ou na Zona Sul.

Apesar de se tratar de processos ainda em curso, a análise evidencia que as transformações urbanas em curso estão associadas à tentativa de fortalecimento, revitalização ou criação de centralidades na cidade, por meio de processos de destruição criativa de estruturas urbanas, de instituições e de regulações públicas e da resignificação desses espaços. Argumentou-se ainda não tratar-se de um processo de gentrificação

puro e extensivo, no qual ocorreria uma completa substituição das classes populares residentes por segmentos das elites sociais e econômica, mas de um processo combinado e complexo. Neste sentido, enquanto alguns espaços parecem sofrer os riscos de serem gentrificados, outros parecem se transformar no sentido de se tornarem relativamente mais elitizados e heterogêneos, com a relativa preservação do seu perfil popular. Há que se considerar também os conflitos sociais envolvidos nestes processos, que tornam seu desfecho ainda incerto.

A questão a ser considerada diz respeito ao papel que o poder público municipal vem desempenhando nesse processo. Tal como observado no caso das cidades norte-americanas (Hackworth, 2007), a Prefeitura do Rio de Janeiro parece estar envolvida diretamente na promoção da gentrificação, atuando tanto na retirada dos obstáculos políticos e econômicos existentes, tornando-a possível através dos mecanismos de mercado, como diretamente, promovendo a remoção das comunidades de baixa renda e sua transferência para localidades mais distantes.

Ao longo desta análise, buscou-se trazer alguns elementos que possibilitam interpretar os processos atuais de transformação urbana da Cidade do Rio de Janeiro como um processo de modernização neoliberal, expresso em uma nova rodada de mercantilização, associado a um processo de destruição criativa envolvendo configurações urbanas, arranjos institucionais e regulações urbanísticas e sociais, envolvendo certos espaços da cidade, notadamente situados na Barra da Tijuca, na Área Portuária e na Zona Sul. Cabe agora, nestas considerações finais, levantar alguns impactos dessa modernização neoliberal sobre a governança urbana e o futuro da cidade do Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, cabe destacar que esse processo de mudanças preserva antigos agentes, práticas, estruturas urbanas, instituições e arranjos institucionais e que a emergência de novos agentes, práticas, estruturas urbanas, instituições e arranjos institucionais ocorre se combinando com aquilo que é preservado. Assim, o que tentou-se mostrar é que não estamos diante da mera continuidade de processos anteriormente em curso. Há processos novos que não expressam exatamente uma ruptura com as antigas práticas, mas uma inflexão, na qual a modernização neoliberal em curso pode ser considerada conservadora em muitos aspectos. Nesse sentido, torna-se um desafio analisar como se combinam as velhas e as novas culturas políticas.¹³ De qualquer forma, já

12 Cf. Site da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro: Defensoria e Prefeitura firmam Acordo Coletivo de Permanência e Urbanização da Vila Autódromo. Ver <http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/conteudo.php?id_conteudo=3137>. Acessado em 15 abr. 2016.

13 O estudo de Guimarães (2015) elucida alguns dos mecanismos por meio dos quais se combinam essas velhas e novas práticas no caso da modernização neoliberal da Barra da Ti-

é possível inferir que, do ponto de vista da governança urbana, esta modernização neoliberal parece se aproximar das práticas patrimonialistas, que tanto marcam a história da cidade do Rio de Janeiro, e se distanciam da gestão democrática associada ao ideário do direito à cidade. Nesse contexto, as esferas públicas de participação são progressivamente substituídas por processos decisórios que subordinam o poder público à lógica do mercado.

Em segundo lugar, em sintonia com a abordagem utilizada (Hackworth, 2007), o processo de implementação desse projeto de neoliberalização envolve diversas contradições e suscita diferentes conflitos urbanos envolvendo resistências e oposições, por exemplo, no tocante às prioridades dos investimentos realizados, às remoções de comunidades situadas nas áreas de intervenção, à inexistência de canais de participação social e às transformações na vida social. Tais conflitos, protagonizados por uma diversidade de organizações e movimentos sociais, podem incidir nos rumos do projeto de neoliberalização, alterando-o mais ou menos substantivamente, ou mesmo inviabilizando-o, dependendo da força que ele venha atingir ao longo do tempo, o que reforça a incerteza sobre o futuro da cidade. Neste sentido, pode-se prever que a governança urbana do Rio de Janeiro tenderá a ser marcada pelo acirramento da conflitualidade.

No entanto, como terceiro aspecto, não se pode ignorar a força da coalizão de poder que comanda esse projeto de governança empreendedorista neoliberal, que demonstra força hegemônica e capacidade de incorporar de forma subordinada, pelo menos discursivamente, os interesses subalternos, compondo com outros agentes e com outras gramáticas políticas existentes de forma a se viabilizar a implementação deste projeto, resultando na especificidade da cidade neoliberal do Rio de Janeiro. Em síntese, mesmo que de forma subordinada, é preciso reconhecer ganhos parciais e fragmentados das classes populares em algumas áreas da cidade, como decorrência dos investimentos que estão sendo realizados, em especial no campo da mobilidade urbana.

Em suma, as profundas transformações em curso na dinâmica urbana da Cidade do Rio de Janeiro envolvem, de um lado, novos processos de mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o poder público e o setor privado, caracterizados pela subordinação do poder público à lógica do mercado. Esse processo envolve a destruição criativa de estruturas físicas, arranjos institucionais e regulações urbanas e sociais visando à criação de novas condições para a produção e reprodução do capital no contexto da globalização contemporânea, expressan-

juca.

do uma nova coerência estruturada (Harvey, 2004), que ao mesmo tempo preserva estruturas urbanas, instituições sociais e agentes presentes no território. A combinação do velho e do novo caminha no sentido de reproduzir práticas que ameaçam os princípios da gestão democrática e a universalização de direitos na cidade.

Nesse contexto, caberia refletir sobre as possibilidades da constituição de um bloco de oposição às transformações em curso, superando as tendências à fragmentação impulsionadas pela coalizão de poder, e da construção de um projeto alternativo, na perspectiva da afirmação de uma cidade inclusiva, mais justa e democrática no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CASTRO, Demian Garcia; GAFFNEY, Christopher; NOVAES, Patrícia Ramos; RODRIGUES, Juciano; SANTOS, Carolina Pereira; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro - Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão 2015. Rio de Janeiro, novembro de 2015. Disponível em <http://issuu.com/mantelli/docs/dossiecomiterio2015_issuu_01>. Acessado dez. 2015.
- GUIMARÃES, Renato Cosentino Vianna. **Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.
- HACKWORTH, Jason. **The Neoliberal City**: governance, ideology, and development in American Urbanism. New York: Cornell University Press, 2007.
- HACKWORTH, J. and N. Smith 2001. **The changing state of gentrification**. Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, 92(4): 464-477.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993
- _____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

- _____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. **Rebel Cities**. London: Verso, 2012.
- JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J.; SALINAS, L. Gentrification in Spain and Latin America - a Critical Dialogue. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 38, p. 234-1265, jul. 2014.
- PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. A Gentrificação e a Hipótese do Diferencial de Renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 307-328, nov 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3201>. Acessado em 7 jul. 2016.
- LEY, David. Inner city resurgence units societal context in **Conferencia Anual de la Asociación de Geógrafos Americanos**, Nueva Orleans, 1978.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus: 2000.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Governança Empreendedorista e Megaeventos Esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. **O Social em Questão**, N.º 29, primeiro semestre de 2013.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Governança Empreendedorista: a modernização neoliberal**. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2015, p. 453-483
- _____. **Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil**. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, p. 21-40
- _____. **Democracia e Governo Local: dilemas da reforma urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.
- SMITH, Neil. Gentrification and the Rent Gap. *Annals of the Association of American Geographers*. V. 77, nº 3, p. 462-465, Sep. 1987.
- _____. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global**. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.
- _____. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, 2007, p. 15-31.
- THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados”. **Temas Sociales**, Santiago de Chile, nº 66, Mzo. 2009. ■